



AÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em meio a uma complexa legislação e carga tributária excessivamente pesada, os contribuintes se vêem às voltas com tributos muitas vezes majorados indevidamente por normas ilegais e inconstitucionais.

A correção de tais distorções gera oportunidades para ganho de competitividade e lucratividade, para o que ações devem ser ajuizadas visando a declaração das ilegalidades e inconstitucionalidades de exigências tributárias para a redução da carga fiscal empresarial e a recuperação de valores recolhidos a maior.

A seguir, relacionamos algumas ações judiciais em matéria tributária que têm sido bem-sucedidas perante os tribunais brasileiros.

1. Exclusão dos tributos da base de cálculo do PIS e COFINS/faturamento

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes do ICMS, ICMS-ST (como substituído tributário), ISS e do PIS/COFINS. Contudo, para restituição dos 5 anos anteriores, as empresas precisam estar ou ter estado no lucro presumido ou arbitrado em algum momento nos últimos 5 anos. No lucro real será pleiteado somente o afastamento da cobrança.

2. Exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL

Público-alvo da ação: Empresas enquadradas no lucro real/regime não-cumulativo do PIS/COFINS, que usufruam de crédito presumido de ICMS.

3. Não incidência de contribuição previdenciária RAT e contribuição de terceiros sobre verbas trabalhistas: aviso prévio indenizado, décimo terceiro proporcional ao aviso prévio indenizado e aos primeiros 15 dias de afastamento no caso de doença e acidente e terço constitucional de férias

Público-alvo da ação: Qualquer empresa que possua um número expressivo de empregados ou trabalhadores autônomos contratados.

4. Exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes do ICMS ou do ISS ou dos dois tributos e que estejam obrigadas a recolher a contribuição previdenciária sobre a receita bruta nos termos da Lei nº 12.546/2011.

5. Exclusão da incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras ou reconhecimento da possibilidade de Creditamento

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que auferem receitas financeiras e, por consequência, estão sujeitas à incidência do PIS e COFINS, nos termos da nova legislação vigente.

6. Adequação/Minoração das alíquotas de ICMS incidentes sobre os serviços de energia elétrica e de telecomunicações em observância ao princípio da seletividade

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que estão sujeitas as alíquotas de 25% ou mais sobre os serviços de energia elétrica e de telecomunicações.

7. Exclusão da multa de 10% sobre os valores depositados a título de FGTS nas demissões sem justa causa

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que demitem funcionários e pagam a contribuição de 10%.

8. Não incidência do ICMS sobre o valor pago a título de “seguro-apagão” (encargo de capacidade emergencial) e encargo de aquisição de energia elétrica emergencial

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que realizem o pagamento do encargo de capacidade emergencial (“seguro-apagão”) ou encargo de aquisição de energia elétrica e realizem o recolhimento do ICMS considerando os valores de tais preços públicos.

9. Não incidência do ICMS sobre os contratos de arrendamento mercantil internacional

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que praticam operações envolvendo Arrendamento Mercantil Internacional, com exceção da hipótese em que se exerce a opção de compra antecipada.

10. Não incidência do ICMS sobre a transferência de bens ou mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa ou empresas de mesma titularidade

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que realizam/realizaram o recolhimento do ICMS em operações de deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos próprios.

11. Não incidência do ICMS e sim do ISS nos casos de industrialização por encomenda

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que praticam atividades comerciais de industrialização por encomenda.

12. Exclusão dos valores de descontos incondicionais da base de cálculo do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que tenham procedido com descontos incondicionais nos últimos cinco anos, sem deduzir o valor correspondente da base de cálculo do tributo.

13. Direito ao crédito de PIS e COFINS no regime monofásico

Público-alvo da ação: Empresas que adquirem mercadorias de fabricantes ou importadores sujeitas ao regime monofásico do PIS/COFINS.

14. Restituição de PIS e COFINS quando a base presumida for superior a real

Público-alvo da ação: Empresas que tenham procedido com o recolhimento do PIS e da COFINS, no regime de substituição tributária progressiva, com base presumida superior a real.

15. Direito de apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas

Público-alvo da ação: Empresas que utilizam desperdícios, resíduos ou aparas em suas atividades produtivas.

16. Direito de o crédito presumido de IPI decorrente de exportações não integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS

Público-alvo da ação: Empresas industriais que comercializam a produção com o mercado externo (exportação).

17. Possibilidade do Aproveitamento dos Créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens destinados ao ativo fixo da empresa no momento da exportação

Público-alvo da ação: Empresas industriais que comercializam a produção com o mercado externo (exportação).

18. Inconstitucionalidade de Instrução Normativa que Determina a incidência de Contribuição Social sobre as Receitas decorrentes de Exportação

Público-alvo da ação: Empresas que realizam suas exportações por meio de trading´s ou empresas exportadoras.

19. Exclusão dos Tributos (ISS, ICMS, PIS/COFINS (próprio), Contribuições Previdenciárias) da base de cálculos do IRPJ/CSLL das empresas que se encontram no Lucro Presumido

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes do ICMS, ICMS-ST (como substituído tributário), ISS e do PIS/COFINS, que se encontram submetidas ao Lucro Presumido. Contudo, para restituição dos 5 anos anteriores, as empresas precisam estar ou ter estado no lucro presumido nos últimos 5 anos.

20. Exclusão do ICMS, PIS e COFINS da base de cálculo do PIS e COFINS-Importação

Público-alvo da ação: Empresas que realizam suas exportações por meio de trading´s ou empresas exportadoras.

21. Exclusão dos créditos do REINTEGRA da base de cálculo do IRPJ/CSLL, no período até 31 de dezembro de 2013

Público-alvo da ação: Empresas produtoras exportadores que tenham feito jus ao Reintegra na vigência da MP 540/2011 e da Lei 12.546/2011 e estejam no lucro real.

22. Exclusão de despesas de descarga de mercadorias após a chegada dos navios nos Portos (Capatazia) da base de cálculo do II, IPI, PIS, COFINS e ICMS incidentes na importação

Público-alvo da ação: Empresas importadoras.

23. Equiparação das vendas à Zona Franca de Manaus a exportação para fins de apuração de crédito no REINTEGRA

Público-alvo da ação: Empresas produtoras que vendam para a Zona Franca de Manaus.

24. Exclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUSD) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que tenham procedido com o pagamento do ICMS considerando em sua base de cálculo o valor das tarifas TUST e TUSD.

25. Não incidência do ICMS sobre a energia contratada e não consumida

Público-alvo da ação: Empresas contribuintes que consomem energia elétrica no exercício de suas atividades e que estão sujeitas a cobrança de valores superiores ao efetivamente utilizado.